

Por que o BC não fechou o acordo

- 5 FEV 1966 *Dívida Externa*

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

Uma das questões ainda pendentes no acerto da dívida externa brasileira, cujas linhas mestras foram firmadas pelo presidente do Banco Central (BC), Afonso Celso Pastore, na última sexta-feira, em Nova York, é a definição detalhada dos critérios para o enquadramento dos empréstimos conforme a faixa de "spread" (taxa de risco) a ser cobrada.

Pelo esquema aceito em princípio por Pastore e pelos bancos privados, o "spread" para essa terceira fase de renegociação da dívida externa vai variar conforme o tomador: 0,875% no caso dos empréstimos com aval do Tesouro; 1,125% para as operações tomadas por órgãos ou empresas estatais; e 1,25% para o setor privado.

Para essa definição existem filigranas jurídicas que podem atrasar o acordo final em alguns dias. Por isso mesmo não estaria certa ainda a volta de Pastore a Nova York amanhã,

conforme se informava na última sexta-feira. Técnicos do Banco Central, como os chefes dos departamentos jurídico e econômico, Diógenes Setti Sobreira e Sylvio Rodrigues Alves, respectivamente, continuam nos Estados Unidos para estudar esses detalhes ainda pendentes.

Pelos dados do Banco Central, cerca de 75% da dívida externa brasileira é de responsabilidade governamental, incluindo-se nessa conta as operações feitas pelo governo federal, pelos estados e municípios e pelas empresas e órgãos estatais. Os restantes 25% corresponderiam, portanto, ao setor privado.

O último levantamento detalhado a esse respeito refere-se a março do ano passado, mas uma fonte categorizada do BC informou ontem que não houve alteração substancial na divisão do bolo da dívida. Em março último, US\$ 20,74 bilhões do total da dívida eram de responsabilidade do setor privado, sendo que US\$ 10,95 bilhões se referiam a créditos to-

mados por bancos pelo esquema da Resolução nº 63 para posterior repasse a empresas no País. A dívida externa do setor público como um todo era, então, de US\$ 64,97 bilhões.

Um dos aspectos a serem mais bem esclarecidos é em que faixa deverão ser enquadrados os empréstimos que tiveram algum aval governamental. Empresas do setor privado, por exemplo, levaram recursos com algum tipo de garantia de organismos estatais e, agora, precisaria ser acertado em que faixa deverá ser enquadrada a operação. Exatamente por isso, ainda não se sabe ao certo qual será o "spread" médio do acordo, pois, conforme o critério utilizado, ele depende do volume total que pagará a taxa mais elevada (1,25% ao ano).

Também não está definido ainda, de acordo com o BC, quando chegarão ao Brasil técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) que virão para nova checagem dos dados sobre a economia brasileira.